

JOURNAL OF
DEMOCRACY
EM PORTUGUÊS

Volume 5, Número 5, Maio de 2016

O sequestro do “Soft Power”

Christopher Walker

**A Evanescente Miragem do
“Consenso Liberal”**

James Dawson e Seán Hanley

O Liberalismo Sem Resultados

Ivan Krastev

**O Compromisso dos Islamistas
na Tunísia**

Kasper Ly Netterstrøm

Como a Mídia Destruiu as Transições

Marc Lynch

**PLATAFORMA
DEMOCRÁTICA**



FUNDAÇÃO IFHC | CENTRO EDELSTEIN

CONSELHO EDITORIAL

Bernardo Sorj

Sergio Fausto

Diego Abente Brun

Mirian Kornblith

CONSELHO ASSESSOR

Fernando Henrique Cardoso

Larry Diamond

Marc F. Plattner

Simon Schwartzman

TRADUÇÃO

Maria Cecília Porto

REVISÃO TÉCNICA

Isadora Carvalho

Apresentação

Este número do *Journal of Democracy* em Português reúne artigos que, em sua maioria, fazem uma revisão crítica das esperanças democráticas suscitadas pelo fim da União Soviética e do socialismo real no leste da Europa e, mais recentemente, pela chamada Primavera Árabe. A questão comum que os perpassa é por que aquelas esperanças se viram em boa medida frustradas, muito especialmente nos países árabes.

Em “O Sequestro do Soft Power”, Christopher Walker chama a atenção do leitor para um fenômeno sem precedente: a utilização, por regimes autoritários ou semi-autoritários, de estratégias e ferramentas de atuação internacional normalmente associadas ao exercício do soft power por países democráticos. Com o foco sobre a China e a Rússia, o autor ressalta o empenho crescente de regimes não democráticos em influenciar a opinião pública mundial por meio da criação de canais internacionais de televisão e organizações supostamente não governamentais que, sob a aparência de certa neutralidade e profissionalismo, atuam sob o comando dos respectivos governos. Walker argumenta que assistimos não apenas a uma interrupção da onda democrática que se verificou no mundo depois da queda do Muro de Berlim e do fim da União Soviética. Testemunhamos, isto sim, a ofensiva de regimes não democráticos que ingressaram com novos e mais inteligentes meios na batalha por corações e mentes na esfera da opinião pública global.

Seguem-se dois artigos em que os autores polemizam entre si a respeito da extensão, profundidade e razões do crescimento de movimentos e partidos antidemocráticos, quando não xenófobos e racistas, nos países da antiga Europa oriental, em alguns casos resultando na formação de governos no mínimo ambivalentes em relação a valores básicos da democracia. Em “O Evanescente Consenso Liberal”, James Dawson e Seán Hanley, responsabilizam as elites econômicas locais

e da União Europeia (EU) pelo ressurgimento de tendências antidemocráticas historicamente presentes naqueles países. Para os autores, esse ressurgimento é o preço que agora se paga por uma agenda de políticas que acenou com os benefícios da economia de mercado em detrimento da ênfase nos valores da democracia.

Ivan Krastev, em seu “Liberalismo sem Resultado”, acolhe parte do argumento de Dawson e Hanley. Reconhece que, mesmo na Polônia, onde maior foi o sucesso econômico da integração à EU, recentemente foi eleito um governo com inclinações não democráticas. Krastev, porém, vê os casos dos países do leste da Europa como parte do fenômeno mais amplo de crise da democracia em todo o continente europeu. Sustenta que as causas do problema estão na crise econômica (e na crise imigratória). Contrastando com o pessimismo de Dawson e Hanley, ele relembra o período entre o final dos anos 1960 e 1970, quando, no coração da Europa Ocidental, em particular na Itália, em meio à radicalização política, emergiram organizações terroristas e a democracia liberal parecia estar sob ameaça fatal. Para Krastev, as instituições da democracia-liberal superarão mais esta crise, mesmo que parte dos atores políticos, como na Europa de então, se choquem contra elas.

O artigo de Kasper Ly Netterston sobre a Tunísia é, por assim dizer, o mais alentador deste número. Nele a pergunta não é sobre o que deu errado, mas sim sobre por que deu certo a transição para a democracia num país de maioria islâmica. O autor destaca a mudança ocorrida no interior do partido islâmico Ennahda, que conseguiu encontrar espaços específicos para a religião e a política, deixando para trás o islamismo utópico que marcou sua fundação. A atuação do Ennahada passou a obedecer a cálculos políticos similares aos de qualquer partido conservador submetido às regras de um Estado democrático. Netterston chega a compará-lo ao Partido Republicano, nos Estados Unidos, no qual é cada vez maior o peso do conservadorismo evangélico. Os líderes do Ennahada teriam, segundo o autor, compreendido a impossibilidade

de fundir religião e política num país diverso e mais ocidentalizado do que os demais países árabes. Isso não significa que tenham desistido de difundir valores islâmicos na sociedade tunisiana e influenciar as decisões políticas com base nesses valores. É cedo, portanto, acrescentarmos, para tirar conclusões definitivas sobre o caso da Tunísia, o que não o torna menos interessante, antes o contrário.

Este número termina com o artigo em que Marc Lynch avalia o papel da mídia árabe nas revoluções e revoltas que varreram parte importante do Norte da África e do Oriente Médio entre 2011 e 2012. Para o autor, a mídia contribuiu para o insucesso da Primavera Árabe. De um lado, na ausência de real liberdade de imprensa, a mídia convencional logo se tornou instrumento de disputa entre interesses políticos e geopolíticos, inclusive a Al Jazeera. De outro, com a difusão da Internet e dos *smart phones*, a “rua árabe” passou a se comunicar por meio das mídias sociais, as quais tendem separar a opinião pública em nichos de adeptos da mesma causa ou ponto de vista. A combinação desses dois fenômenos teria resultado no aumento da polarização e do medo sobre os desdobramentos do processo político, contribuindo para que ele degenerasse em lutas sectárias.

Boa leitura.

Bernardo Sorj e Sergio Fausto

Diretores de Plataforma Democrática

Como a Mídia Destruiu as Transições*

Marc Lynch

Marc Lynch é professor de ciência política e relações internacionais e diretor do Projeto de Ciência Política sobre o Oriente Médio da Universidade George Washington.

Os levantes árabes de 2011 explodiram em uma região moldada por uma década e meia de transformações revolucionárias no mundo da mídia árabe. Esta revolução foi dirigida pela televisão por satélite, rádio local, agências de notícias semi-independentes e a Internet¹. Esta nova mídia, especificamente, desempenhou um papel vital nos levantes políticos de 2011. Ela trouxe notícias e opiniões críticas para um público amplo, deu espaço aos que não tinham voz, construiu laços entre ativistas e cidadãos comuns e ligou protestos locais a uma poderosa narrativa maior de levante regional.

Os levantes políticos afetaram o cenário da mídia diretamente, possibilitando o rápido lançamento de dezenas de novas estações de televisão, jornais e websites independentes. Em poucos anos, porém, a maioria das tentativas de transição democrática fracassou – e a mídia, com certeza, teve algo a ver com isso. Órgãos da mídia que haviam sido cruciais para os levantes degeneraram rapidamente em plataformas altamente partidárias a serviço de autoridades estatais ou facções políticas. Por que a mídia dirigiu a onda de levantes que sacudiu o

*Publicado originalmente como “How the media trashed the transitions”, *Journal of Democracy*, Volume 26, Número 4, Outubro de 2015 © 2015 National Endowment for Democracy and The Johns Hopkins University Press

mundo árabe em 2011, e depois contribuiu para o seu fracasso na consolidação das instituições democráticas²?

Os fracassos da mídia árabe, no despertar da chamada Primavera Árabe, são uma história que serve de lição. São um aviso sobre as ciladas que se alinham pelo caminho da transição entre um governo autoritário e uma esfera pública pluralista. No mundo árabe, boa parte daquilo que, na mídia, facilitou a súbita emergência de movimentos de protesto de massa, também acabou sendo prejudicial à consolidação das transições democráticas. O fracasso das reformas da mídia estatal, o medo intenso gerado pela incerteza institucional radical e as lutas pela identidade e por estruturas de poder de estados de transição se misturaram no interior de um ecossistema de mídia já polarizado e partidário que levou ao desencantamento político e à polarização social. O ressurgimento autoritário ou o malogro imediato do estado eram resultados mais do que esperados.

A mídia árabe desempenhou um papel destrutivo durante as tentativas de transição por três grandes razões: captura política, propaganda do medo e polarização. Primeiro, a mídia mostrou que é susceptível de ser capturada politicamente por estados, movimentos políticos ou velhas elites³. Estações transnacionais de televisão por satélite, como a Al Jazeera, que já serviu como uma esfera pública virtual árabe, transformaram-se em personagens partidários que apoiam os interesses de seus patronos estatais ou de seus representantes locais. Setores da mídia estatal resistiram a importantes reformas, deixando que canais de televisão e outros meios de comunicação de grande audiência se tornassem uma arma potente nas mãos de aparatos de segurança e do velho regime. A maioria das novas estações de televisão e outros meios de comunicação pertencia a empresários ricos e politicamente ambiciosos, ou a movimentos políticos, e as coberturas eram talhadas de forma a atender a seus interesses.

Em segundo lugar, tanto os meios de comunicação de massa quanto a mídia social aumentaram o medo e a incerteza que inevitavelmente acompanham as transições. Ambos elevaram os temores ao publicar informações, ideias e rumores preocupantes, e também encorajaram segmentos do público a se auto-segregarem em câmaras de eco onde somente este tipo de informações polarizadas tendia a circular. Em nenhum lugar isto foi visto com mais intensidade do que no Egito, onde decisões de tribunais politizados, debates constitucionais mal projetados e constantemente adiados, e crescentes divisões entre muçulmanos e seus inimigos propiciaram as frestas para a restauração autoritária. Enquanto no começo da Primavera Árabe a mídia tendia a apoiar o entusiasmo revolucionário fazendo a propaganda da esperança por mudanças reais, em meados de 2011 relatos da violência que irrompia na Líbia, Síria e Iêmen assustavam os cidadãos que assim começavam a esperar pelo pior.

Finalmente, a captura política e a incerteza institucional criaram as condições ideais para uma intensa polarização. É comum que as redes de comunicação busquem seus nichos políticos distintos e se atenham a estes grupos, excluindo outros. Os islamitas assistiam a um determinado conjunto de canais de televisão e postagens no Twitter, enquanto os seus adversários assistiam a coisas completamente diferentes. As redes que tentaram permanecer no meio termo geralmente lutavam para conseguir audiência. Assim, a Al Jazeera deixou de ser uma fonte primária de notícias que cruzava as linhas ideológicas para se tornar uma rede voltada aos islâmicos, sendo então marginalizada por seus inimigos. A mídia nos estados em transição como o Egito e a Tunísia rapidamente se polarizou assim que o momento do entusiasmo revolucionário deu lugar ao duro combate político acerca da extensão das reformas, da distribuição de poder e da identidade do estado. Em estados debilitados como a Líbia e o Iêmen, não havia uma mídia nacional confiável e as redes que se alinharam com esta ou aquela facção ideológica ou local se tornaram a fonte primária de informação. Na mídia

social, a auto-segregação em agrupamentos ideológicos ou sectários levou a política para o extremismo, corroeu os pontos em comum, e acentuou ainda mais os conflitos e divisões.

Pelo menos parte da culpa pelo fracasso das transições árabes pode ser atribuída aos efeitos destrutivos do ambiente da nova mídia. A mídia contribuiu para a falência da transição do Egito e quase sabotou a da Tunísia. Na Líbia, Síria e Iêmen, a mídia fragmentada contribuiu para a polarização, proporcionou um veículo chave para combates por procuração* entre potências regionais e deu forma à lógica da violência. Até mesmo os estados que afastaram com sucesso as mobilizações populares através de reformas políticas e constitucionais, como o Marrocos e a Jordânia, usaram a mídia para obter apoio para seu projeto e para enfraquecer os protestos.

A Mídia Árabe Antes e Depois dos Levantes

O papel que a mídia árabe desempenhou após os levantes só pode ser compreendido à luz da história, recuando-se décadas atrás. Nos anos 1970s e 1980s, a maioria dos países árabes desenvolveu formas intensamente repressivas de censura e de dominação estatal da mídia. Enquanto os aspectos específicos dos sistemas nacionais de controle diferiam entre si, os meios de comunicação de massa em geral serviam como instrumento para o controle de informação e para a mobilização das pessoas a serviço do poder⁴. Os cidadãos mais sofisticados podiam obter fontes independentes de informação, como as transmissões de rádio da VOA e da BBC, mas a maior parte dos cidadãos só podia contar com a mídia nacional.

Isto mudou nos anos 1990 e 2000, quando a rede aberta por satélite da Al Jazeera acabou com os monopólios estatais da informação e inaugurou uma era de televisão competitiva e transnacional no mundo árabe. A competição do exterior forçou a maioria das estações de

* *Proxy warfare*, em inglês.

televisão a se adaptar e modernizar. Alguns países, como o Egito, desenvolveu uma imprensa política diversa e combativa. Já no final da primeira década deste século, a maior parte dos árabes podia escolher entre centenas de canais livres por satélite, ao mesmo tempo em que o acesso à Internet tornava-se quase onipresente nas principais cidades. Essas mudanças transformaram o mundo árabe, que de buraco negro informacional tornou-se uma sociedade saturada pela mídia.

Em vez de enfatizar uma única plataforma, como o Twitter, Facebook ou televisão por satélite, é mais produtivo entendê-las como um conjunto formador de uma ecologia midiática singular: o conteúdo de rádio e televisão circulava com frequência pela mídia social, enquanto a mídia social era uma importante fonte de imagens, vídeo e informação para os meios de comunicação de massa (este foi principalmente o caso do conteúdo de zonas de conflito como a Síria, onde poucos jornalistas ousavam circular). Rádio e televisão, imprensa e mídia social formaram uma simbiótica relação, uma com a outra, enquanto que a mídia internacional passou a buscar conteúdo das redes sociais do Oriente Médio. Na Arábia Saudita e na maioria dos países do Golfo, o Twitter era a mídia principal, enquanto na África do Norte, o Facebook era mais amplamente usado. E a televisão reinava quase em todos os lugares.

O ambiente árabe de informação tinha três traços distintivos, comparado ao de outras regiões que haviam passado por ondas de democratização potencial. Em primeiro lugar, todos os países árabes estavam embutidos em um ecossistema midiático transnacional de língua árabe. Em segundo, o grau de controle estatal direto e indireto sobre a mídia nacional árabe era comparativamente alto. E, finalmente, a mídia social introduziu novas dinâmicas até então inéditas nas transições democráticas de décadas passadas. Vamos considerar cada um destes traços.

1) Rádio e televisão transnacional. A Al Jazeera e outras estações de televisão transnacionais de língua árabe desempenharam um papel crucial na divulgação dos primeiros protestos tunisianos, no final

de 2010 e início de 2011, encaixando-os no contexto maior de uma história árabe de levantes populares, para uma enorme audiência de falantes de língua arábica. Estas redes de rádio e televisão abertas facilitaram uma “mudança de escala” à medida que lutas locais foram se juntando em um quadro de narrativa comum que ajudou a disseminar o protesto de um país a outro. A difusão do protesto da Tunísia para o Egito, e de lá para praticamente toda a região, seria difícil de imaginar sem este ambiente midiático unificador.

A mídia transnacional logo degenerou em uma arena de lutas regionais pelo poder, com a Al Jazeera servindo aos interesses do regime de Qatar e as organizações midiáticas sauditas se alinhando com as políticas regionais de Riad. Bahrain foi um ponto crítico, pois as estações árabes ou ignoraram os dramáticos eventos que ocorriam lá, ou enviaram suas coberturas sobre os levantes populares em termos sectários de modo a justificar a intervenção militar no país liderada pelos sauditas. Na Líbia e na Síria, a maioria das estações pan-arabista fez campanha aberta pelos grupos rebeldes de sua escolha, e depois por facções específicas no interior destas insurgências. A Al Jazeera identificou-se com a Irmandade Muçulmana do Egito e com a Ennahda da Tunísia, enquanto outras estações espalhavam histórias sensacionalistas que alimentaram a ira e suspeita anti-islâmica.

Esta virada partidária, juntamente com as imagens de colapso de estados e violência vindas da Líbia e da Síria, provavelmente contribuiu para o esmorecimento do entusiasmo pelos levantes populares. O partidarismo também acabou com qualquer esperança de que a mídia transnacional pudesse oferecer um fórum neutro no qual as diferentes narrativas da mídia nacional pudessem coexistir e talvez até mesmo dialogar umas com as outras. As redes de rádio e televisão, tão essenciais para galvanizar e disseminar os levantes, fizeram muito pouco pela consolidação democrática e, na verdade, até contribuíram para a destruição dos processos de transição.

2) Mídia nacional. Uma transição que se afasta do governo autoritário deveria, por princípio, acarretar o surgimento de uma esfera pública nacional mais aberta, capaz de monitorar a política doméstica e responsabilizar os políticos por seus atos, dar atenção e assistência aos assuntos locais e tornar-se o ponto de referência para a formação da opinião nacional. Em alguns estados, os primeiros dias da Primavera Árabe de fato testemunharam o surgimento de uma ampla variedade de novas mídias nacionais, desde rádio e tevê até jornais. Reformas institucionais e legais truncadas e uma polarização que crescia vertiginosamente, porém, logo destruíram os jovens brotos. Ao solapar o consenso político sobre a identidade nacional e “regras do jogo” básicas, a mídia nacional promoveu não o florescimento, mas a destruição das transições.

Egito e Tunísia, os dois países onde os manifestantes colocaram os autocratas para correr, são casos que têm mais ou menos as mesmas coisas para contar no que se refere à mídia nacional. Enquanto a mídia da Tunísia já era há muito tempo rigidamente controlada, a do Egito era comparativamente turbulenta, e ambos os países não viram acontecer grandes aberturas na mídia nas décadas que antecederam os levantes. Novas plataformas de mídia floresceram quando ditadores de longo tempo caíram, mas uma escassez de recursos e de experiência deixou as novas iniciativas no Egito e na Tunísia abertas para serem capturadas por interesses dos ricos, por movimentos políticos ou pelo estado. O fracasso da reforma da mídia estatal deixou intacta uma arma poderosa, da qual as velhas elites puderam se apoderar para defender seu status ameaçado.

Vale a pena explicar brevemente por que a reforma da mídia provou-se tão difícil⁵. No meio de intensa polarização e com regras em disputa, cada protagonista temia que um odiado rival político pudesse rapidamente obter o controle de um “alto comando”, tal como um setor de mídia repentinamente mais livre. Em um jogo de placar zero, sem regras estabelecidas, em uma arena fortemente polarizada, cada

movimento em direção à reforma institucional era interpretado como um expurgo político visando a captura institucional permanente. O recém-eleito presidente Mohamed Morsi, do Egito, e o partido Ennahda da Tunísia, por exemplo, tinham todos os motivos para buscar mudanças fundamentais nas instituições situadas no coração do velho regime, desde o ministério do interior até o rádio e tevê estatais, e a maior parte dos revolucionários concordava que estas mudanças eram essenciais.

No entanto, cada esforço nesta direção fez brotar o medo nos adversários políticos, que temiam que os islamitas simplesmente se apoderassem destas instituições com o objetivo de impor seu próprio governo. Tentativas de reforma levaram a sociedade civil e jornalistas a se unirem contra o que eles viam como golpes dos Islamitas para se apoderarem da mídia e do estado. O fracasso da reforma da imprensa e do rádio e teledifusão deixou estes órgãos nas mãos de elites que se beneficiavam da velha ordem e que, portanto, temiam as mudanças.

O Egito sempre teve uma esfera pública mais robusta e destemida do que outros regimes árabes autoritários mais fortemente controladores⁶. O regime Mubarak mantinha mão de ferro sobre o rádio e a televisão abertos, além dos serviços de inteligência que também impunham certos limites, mas a imprensa egípcia era regularmente crítica, com colunistas independentes e jornalistas opinativos. Bem antes da revolução, a mídia no Egito já havia evoluído em uma mistura de dinossauros dirigidos pelo estado, respeitados jornais diários privados e tabloides combativos, com a adesão, mais recentemente, de blogs ativistas e da mídia social.

Quando a revolução eclodiu, no alvorecer de 2011, a mídia egípcia mais independente juntou-se às manifestações. Estações de televisão como a ONTV promoveu debates políticos e programas influentes que conduziram a agenda nacional⁷. A visão de generais de primeiro escalão sendo questionados ao vivo na televisão parecia ser o primeiro sinal de que uma clássica esfera pública liberal-democrática estava

nascendo. E davam a mesma impressão os robustos debates que começaram a aparecer na imprensa, quando importantes jornais diários abriram suas páginas a uma ampla variedade de novos autores e deixaram cair os velhos limites à crítica política.

Mas isto não duraria muito. A unidade momentânea da mídia pós-revolucionária rapidamente degenerou em um ambiente tóxico, polarizado e sensacionalista que fomentou as piores tendências políticas. A mídia estatal permaneceu praticamente intacta e rapidamente voltou aos velhos hábitos⁸. Ela aquiesceu quando o Conselho Supremo das Forças Armadas, que assumiu o governo do Egito de fevereiro de 2011 até a eleição presidencial de junho de 2012, se recusou a permitir um sério escrutínio do setor militar. Pessoas que desafiavam o velho regime passaram a fazer ataques pela imprensa⁹. Ativistas e manifestantes foram demonizados como agentes de desestabilização a mando de potências estrangeiras e responsabilizados pelas enfermidades do país. Em outubro de 2011, notícias inflamadas e enganosas incitaram ataques sangrentos aos protestos que cristãos coptas promoviam em frente aos escritórios da rádio e televisão do estado egípcio.

Quando Morsi, da Irmandade Muçulmana, foi eleito presidente em junho de 2012, nada se aquietou. As instituições estatais se rebelaram diante da perspectiva do governo islâmico; não surgiu nenhuma alternativa unificada para um caminho de transição; a Irmandade debateu-se, a esmo, em seus esforços para impor a ordem; e a sociedade se dividiu. Tanto a mídia estatal como a privada fizeram campanhas contra a Irmandade, combinando alarmismo em relação às ambições islâmicas com pesada cobertura da degradação econômica e social que atiçaram o descontentamento popular. Organizações de mídia antes conhecidas por criticar os poderosos passaram a agir como apologistas de um estado de segurança revivido, enquanto figuras conservadoras antes marginalizadas foram para o centro da esfera pública. Coberturas abertamente a favor das manifestações contra Morsi, no final de junho de 2013, prepararam o terreno para sua remoção do poder por

um golpe militar, no início de julho – ato que a maior parte da mídia comemorou efusivamente.

Depois disso, o regime arrebatou a imprensa ainda mais intensamente¹⁰. Jornalistas e apresentadores de televisão competiam entusiasmaticamente entre si para ver quem conseguia ser mais fiel às versões oficiais. A concentração de manifestantes da Irmandade Muçulmana que protestavam na Praça Rabaa, no Cairo, foi tratada como motivo para alarme, e a atitude das forças de segurança, que massacraram ali mais de uma centena de pessoas, em agosto de 2013, teve cobertura favorável da mídia. Todos que apoiaram a revolução tiveram que sair dos canais de rádio e televisão, sendo que alguns foram assediados ou até presos, no que o político liberal Amr Hamzawy chamou de tempos “neofascistas” da história da mídia egípcia¹¹. O cirurgião e comediante de televisão Bassem Youssef, cujo show humorístico havia sido tão crítico à presidência de Morsi, teve seu programa cancelado praticamente antes de iniciar sua primeira temporada depois do golpe.

Embora a transição na Tunísia tenha se dado melhor do que a do Egito, a mídia nacional em ambos os países seguiu por caminhos semelhantes. Apesar das experiências limitadas com rádio e televisão semi-independente, a mídia da Tunísia era mais rigidamente controlada do que a do Egito sob o velho regime¹². Depois da revolução, jornalistas e cidadãos não deixaram escapar a chance de construir um verdadeiro setor de mídia. Em 2011, uma nova lei de imprensa reduziu as piores restrições. Em 2012 foi criado um novo corpo de fiscalização fora do Ministério da Informação¹³. E a Constituição de 2014 inclui proteções robustas às liberdades de expressão e de imprensa.

Estas reformas foram mais longe do que as implementadas no Egito, mas ainda assim foram insuficientes. A velha guarda continua a dominar a rádio e a televisão nacionais. Os proprietários de estações de televisão privadas usam com frequência a programação para promover a si mesmos e para adular agendas políticas¹⁴. Enquanto isto, o movimento político Ennahda e seu rival Nidaa Tounes adquiriram

suas próprias estações¹⁵. Como no Egito, o crescimento da mídia partidária encorajou o público a se dividir em campos mutuamente hostis e intolerantes.

A transição da Tunísia quase se rompeu, em meados de 2013, em meio a uma histeria política atizada pela mídia. Como no Egito, a mídia ajudou a mobilizar o descontentamento contra a eleição de um governo islamita. Reportagens sensacionalistas em assuntos como o assassinato, em fevereiro de 2013, do opositor Chokri Belaid, a atividade islamita nas universidades e alegações de corrupção e infiltração de instituições estatais pelo Ennahda galvanizaram a desconfiança e a ira da população. Durante a campanha presidencial de 2014, o presidente Moncef Marzouki criticou raivosamente a imprensa, chamando-a de “reminiscência adormecida do velho partido” e as estações de televisão de “mídia mentirosa e corrupta, que não tem o direito de falar em nome dos tunisianos”¹⁶.

As experiências do Egito e da Tunísia mostram como as mídias nacionais que não passaram por reformas podem solapar as transições democráticas. Na Jordânia e no Marrocos, onde regimes monárquicos usaram reformas modestas para se apropriarem antecipadamente das transições, o controle direto e indireto da mídia serviu para promover as virtudes de uma mudança constitucional limitada, para demonizar manifestações e plantar o temor de distúrbios sangrentos. Em estados violentos e falidos como a Líbia e o Iêmen, a proliferação de estações locais e nacionais alinhadas com facções políticas particulares contribuiu para a polarização, o medo e a insegurança¹⁷.

3) Mídia social. Muitos esperavam que o Facebook, Twitter e outros do gênero proporcionariam um antídoto ao legado tóxico da mídia árabe oficial, mas este acontecimento feliz não se realizou. As novas plataformas trouxeram mudanças para o mundo da mídia árabe, mas não foram capazes de escapar de suas patologias – e na verdade, com frequência ainda pioraram a situação¹⁸.

A mídia social raramente causa instabilidade social na ausência de descontentamentos ou condições estruturais já existentes, mas ela age como uma força de aceleração e intensificação de muitas formas de mobilização política, podendo por isso facilitar repentinas eclosões de intensa contenda política¹⁹. As plataformas de mídia social oferecem aos descontentes os instrumentos para a organização de movimentos, disseminando informação e escapando ao controle estatal sobre o fluxo de notícias e ideias. A mídia social, com seu imediatismo e intimidade mediada, pode criar um desejo maior de ajudar uma causa comum – enviando dinheiro, ou até mesmo se engajando em uma zona de conflito.

Porém, o que ajuda o ativismo não favorece necessariamente a consolidação da democracia. A aceleração e a intensificação da comunicação política nutrem um senso de crise constante, enquanto que o fluxo de boatos através de redes partidárias e sectárias exacerba a distância social. Infelizmente, as mesmas qualidades que fizeram do Facebook e Twitter instrumentos tão úteis para a coordenação dos protestos durante a mobilização de oposição às ditaduras, também fizeram destes sites meios de transporte de boatos e histórias falsas altamente destrutivas, nos períodos de transição.

O Lado Anti-Social da Mídia Social

Há dois aspectos sobre ambientes mediados socialmente – podemos chamá-los de “auto-seleção” e “capacidade de tornar-se viral” – que podem tornar a mídia social destrutiva em situações de transição. Em poucas palavras, isto se refere ao fato de que a mídia social leva as pessoas a se juntarem em comunidades relativamente fechadas a partir de suas ideias em comum, e as encoraja a ver as coisas de uma forma peculiarmente urgente e intensa, a partir de informações – incluindo imagens viscerais – que jorram amplamente nas redes, na velocidade da luz. Os indivíduos que se concentram em agrupamentos informacionais tendem a ser expostos apenas a informações que confirmam

seus pontos de vista, e quando signos discordantes aparecem, normalmente é apenas para serem ridicularizados ou questionados.

Os debates que ocorrem no interior de agrupamentos de cabeças similares tendem a favorecer o extremista, em detrimento do moderado cauteloso. Isto tem implicações perturbadoras em países com divisões sociais, étnicas ou políticas. A mídia social é ótima no cultivo do sentimento de identidade ofendida entre “os de dentro” e também na mobilização de fúria e ressentimento contra “os de fora”. O ódio cultivado contra os inimigos internos pavimentou o caminho para a entusiasmada adesão popular ao golpe de 2013 no Egito, enquanto que o sectarismo e o jihadismo correram soltos pela mídia social nos estados do golfo.

A mídia social, então, serviu para reforçar e não para contrabalancear os efeitos negativos das transmissões da mídia nacional e transnacional depois dos levantes árabes. O movimento online em direção ao fechamento em grupos sociais e ao conflito mais exacerbado amplificou as vozes extremadas, deu asas a boatos malignos, e impediu que posições de meio termo se estabelecessem. O desfecho foi que as reformas significativas ficaram mais difíceis, a polarização social mais dura e as transições mais predispostas a fracassar.

É claro que o papel da mídia não deve ser visto fora do contexto geral dos desafios políticos. Os efeitos perniciosos da mídia árabe emergiram em ambientes transicionais caracterizados pela incerteza institucional, insegurança pessoal e divisões ideológicas ou sectárias. Esta incerteza, medo e ira criaram um clima fértil e uma audiência ávida por uma mídia sensacionalista que atizava boatos, incitava o ódio contra adversários políticos, e estimulava as narrativas que promoviam divisão e demonização. Em especial, os momentos transicionais na maior parte dos casos árabes revelaram intensas discordâncias sobre identidade nacional e profundos receios quanto ao futuro.

Longos atrasos e processos muito contestados na composição do esboço de novas constituições contribuíram para a intensidade das dis-

putas identitárias. Momentos iniciais de unidade deram lugar à polarização regional, étnica, sectária ou ideológica e colocaram islamitas contra anti-islamitas. A mídia populista, orientada para a mobilização, interagiu com as redes sociais polarizadas, o que dirigiu os discursos aos extremos, e intensificou as divisões entre os grupos.

Os últimos dois anos têm sido depressivos para aqueles que tinham fé na emergência de uma nova esfera pública árabe. Regimes e velhas elites levantaram-se para dar conta do desafio, e viraram o novo ambiente de mídia a seu favor com uma facilidade decepcionante. A mesma mídia que ajudou a lançar os levantes árabes mostrou-se igualmente eficiente na condução de ressentimentos, medo e divisão, e na desmobilização de públicos exaustos. Mas o desespero é prematuro. As transformações subjacentes no ambiente da mídia que originalmente deram poder aos levantes árabes ainda não desapareceram. Nem tampouco se diluiu o profundo descontentamento que deu origem às ondas de protestos. Quando as condições políticas mudarem, provavelmente a mídia irá de novo acelerar e intensificar os protestos e desafios políticos aos frágeis novos regimes autoritários da região.

Notas

1. Marc Lynch, *Voices of a New Arab Public* (New York: Columbia University Press, 2006); Lynch, *The Arab Uprising: The Unfinished Revolutions of the New Middle East* (New York: Public Affairs, 2012).

2. Zafrullah Khan and Brian Joseph, "Pakistan After Musharraf: The Media Take Center Stage," *Journal of Democracy* 19 (October 2008): 32–37; Katrin Voltmer, *The Media in Transitional Democracies* (New York: Polity, 2013), 6. See also Marc F. Plattner, "Media and Democracy: The Long View," *Journal of Democracy* 23 (October 2012): 62–73.

3. Daniel Brumberg, "Transforming the Arab World's Protection-Racket Politics," *Journal of Democracy* 24 (July 2013): 88–103.

4. William A. Rugh, *Arab Mass Media: Newspapers, Radio, and Television in Arab Politics* (Westport, Conn.: Praeger, 2004).

5. Andrew K. Milton, "Bound But Not Gagged: Media Reform in Democratic Transitions," *Comparative Political Studies* 34 (June 2001): 493–526.

6. Naomi Sakr, *Transformations in Egyptian Journalism* (London: I.B. Tauris, 2013); Edward Webb, *Media in Tunisia and Egypt: From Control to Transition?* (New York: Palgrave, 2014).

7. Ramy Aly, "Rebuilding Egyptian Media for a Democratic Future," *Arab Media and Society* (Summer 2011); Mark Allen Peterson, "Egypt's Media Ecology in a Time of Revolution," *Arab Media and Society* (Summer 2011).

8. Rasha Abdulla, "Egypt's Media in the Midst of Revolution," *Carnegie Papers*, July 2014; Anne Alexander and Miriyam Aoragh, "Egypt's Unfinished Revolution: The Role of the Media Revisited," *International Journal of Communication* 8 (2014): 890–915; Fatima el-Issawi and Bart Cammaerts, "Shifting Journalistic Rules in Democratic Transitions: Lessons from Egypt," *Journalism* (2015): 1–18.

9. Miriam Berger, "A Revolutionary Role or a Remnant of the Past? The Future of the Egyptian Journalist Syndicate After the January 25 Revolution," *Arab Media and Society* 18 (Summer 2013); Jared Maslin, "Pro-Regime Journalists Are Shaping Public Opinion in Egypt," *Columbia Journalism Review*, 22 January 2015.

10. Yahya Qallash, "The Egyptian Media After January 25 and June 30," *Al-Ahram* (Cairo), 19 October 2014 (Arabic); Mohammed Elmashed, "We Completely Agree: Egyptian Media in the Era of President el-Sisi," *Committee to Protect Journalists*, 28 April 2015, <https://cpj.org/x/5fe4>.

11. Amr Hamzawy, "Types of Arab Neo-Fascist Media," *Al-Masry al-Youm* (Cairo), 19 July 2014 (Arabic).

12. Rikke H. Haugbolle and Francesco Cavatorta, "'Vive la grande famille des médias tunisiens': Media Reform, Authoritarian Resilience and Societal Responses in Tunisia," *Journal of North African Studies* 17, no. 1 (2012): 97–112; Fatima el Issawi, "Tunisian Media in Transition," *Carnegie Papers*, July 2012; Pietro Longo and Azzurra Meringolo, eds., "The Tunisian Media: Between Polarization and Compromise," <http://arabmediareport.it/the-tunisian-media-between-polarization-and-compromise>

13. Longo and Azzuro, "Tunisian Media," 9–10.
14. Tunisia's Media: From Serving the Regime to Serving Agendas (in Arabic) (Tunis, 2013).
15. Nur al-Din Baltayib, "The Tunisian Media in the Heart of the Battle" (in Arabic), *Al-Akhbar*, 27 September 2014.
16. Citado em *Al-Balad* (in Arabic), 3 November 2014.
17. Anja Wollenberg and Jason Pack, "Rebels with a Pen: Observations on the Newly Emergent Media Landscape in Libya," *Journal of North African Studies* 18, No.3 (2013): 191–210; Fatima el Issawi, "Transitional Libyan Media: Free at Last?" *Carnegie Papers* (May 2013); Naji Abou-Khalil and Laurence Hargreaves, "Libyan Television and its Influence on the Security Sector," U.S. Institute of Peace Special Report 364 (April 2015).
18. Larry Diamond, "Liberation Technology," *Journal of Democracy* 21 (July 2010): 69–83; Philip Howard and Muzammil Hussain, "The Upheavals in Egypt and Tunisia: The Role of Digital Media," *Journal of Democracy* 22 (July 2011): 35–48.
19. Marc Lynch, "After Egypt: The Promise and Limits of Social Media," *Perspectives on Politics* 9 (June 2011): 301–18.



Plataforma Democrática (www.plataformademocratica.org) é uma iniciativa da Fundação IFHC e do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais dedicada a fortalecer a cultura e as instituições democráticas na América Latina, por meio da produção de conhecimento e da promoção do debate pluralista de ideias sobre as transformações da sociedade e da política na região e no mundo. Conjuntamente com vinte e um centros de pesquisas associados, localizados em onze países da América Latina, realiza pesquisas e seminários para estimular o diálogo entre os produtores de conhecimentos e os diferentes atores sociais e políticos sobre temas da atualidade.

Plataforma Democrática oferece uma infraestrutura virtual com uma biblioteca de livre acesso que inclui milhares de textos sobre temas relacionados à democracia na América Latina e um banco de dados sobre instituições de pesquisa na região.

As principais áreas de trabalho da Plataforma Democrática são:

Transformações Geopolíticas Globais e instituições democráticas:

<http://www.plataformademocratica.org/Portugues/PublicacoesAmericaLatina.aspx>

<http://www.plataformademocratica.org/Portugues/PublicacoesBrasilAmericaSul.aspx>

Meios de comunicação e Democracia:

<http://www.plataformademocratica.org/Portugues/PublicacoesPlataforma.aspx#MediosComunicacion>

http://www.plataformademocratica.org/Arquivos/Poder_politico_e_meios.pdf

Sociedade civil e democracia:

http://www.plataformademocratica.org/Arquivos/Usos_abusos_e_desafios_da_sociedade_civil_na_America_Latina.pdf

Biblioteca virtual:

<http://www.plataformademocratica.org/Portugues/BuscaPublicacoes.aspx>

Coleção Recursos de Pesquisa na Internet:

<http://plataformademocratica.org/Portugues/PublicacoesPlataforma.aspx#RecursosPesquisa>